

# Superior Tribunal de Justiça

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 536.899 - SP (2019/0295440-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**REQUERENTE** : YANCKA CRISTINA FELISBERTO DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : WESLEY CESAR SABINO BRAGA - SP310086  
PAULO VINÍCIUS GRECHI SANTOS - SP427541  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Cuida-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o pedido de liminar no presente recurso ordinário em *habeas corpus*, interposto em favor de YANCKA CRISTINA FELISBERTO DOS SANTOS, presa preventivamente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006).

Por meio da presente petição, a defesa insiste na necessidade de substituir a prisão preventiva por domiciliar, ressalta que as certidões de nascimento dos filhos da paciente não foram devidamente juntadas pela defesa por ocasião da impetração do *habeas corpus*, mas as apresenta acompanhadas do pedido de reconsideração.

Diante disso, pede a reconsideração da decisão anterior para a concessão da ordem liminarmente.

É o relatório. Decido.

Diante da juntada das certidões de nascimento dos três filhos da paciente, todos menores de 12 anos, a reanálise do pedido liminar é medida que se impõe.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, visualizo manifesta

# *Superior Tribunal de Justiça*

ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

A prisão domiciliar *consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial* (art. 317 do Código de Processo Penal).

Dispõe o inciso V do art. 318 do Código de Processo Penal, incluído pela Lei n. 13.257/2016:

**Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:**

***I - maior de 80 (oitenta) anos;***

***II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;***

***III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;***

***IV - gestante;***

***V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)***

***VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.***

No particular, a certidão de nascimento dos filhos da paciente, colacionadas aos autos (e-STJ fl. 578/580), comprova que ela é realmente mãe de NICOLLY CRISTINA FELISBERTO DOS SANTOS DE MOURA, nascida em 13/7/2013; KAYRON HENRIQUE FELISBERTO MOURA, nascido em 23/7/2015; e HAYSLA LAYARA FELISBERTO MENDES, nascida em 17/12/2017, portanto, todos menor de 12 anos de idade.

A decisão do colegiado da Suprema Corte, por ocasião do julgamento do *Habeas Corpus* coletivo n. 143.641/SP, alcança a todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, relacionadas no processo, bem ainda todas as outras em idêntica condição no território nacional.

É certo também que a teleologia da inovação legislativa

consiste em atender ao melhor interesse do menor, cuja presença física da mãe é necessária para o seu desenvolvimento físico e mental. Todavia, o julgado excepciona algumas situações: "(...) os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício.". E mais: "Quando a detida for tecnicamente reincidente, o juiz deverá proceder em atenção às circunstâncias do caso concreto, mas sempre tendo por norte os princípios e as regras acima enunciadas, observando, ademais, a diretriz de excepcionalidade da prisão.".

Ainda, a alteração do Código de Processo Penal, advinda pela Lei n. 13.769/2018 incluiu no diploma processual o art. 318-A, de seguinte teor:

*Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:*

*I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;*

*II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.*

Para tais casos, a lei optou por incluir o art. 318-B, o qual dispõe que *a substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código*, permitindo o recurso, caso necessário, a imposições menos gravosas e que asseguram a convivência da prole com sua mãe.

Assim, a fim de proteger e resguardar a integridade física e emocional da filha da recorrente, menor de 12 anos, mister substituir a sua prisão preventiva pela domiciliar, com espeque no art. 318, V, do Código de

# Superior Tribunal de Justiça

Processo Penal.

Por fim, em que pese a reprovabilidade da conduta imputada, a paciente é primária e o delito a ela imputado não foi cometido mediante grave ameaça ou contra seu filho ou dependente, situações que impediriam a concessão da prisão domiciliar, nos termos do artigo 318-A do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, **defiro o pedido de reconsideração, concedendo** a liminar para substituir a prisão preventiva de YANCKA CRISTINA FELISBERTO DOS SANTOS pela prisão domiciliar, até o julgamento do presente *habeas corpus*, com monitoramento eletrônico, se disponível.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Solicitem-se informações ao Juiz de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator